

## A INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE PRIVADA: TENSÕES E POSSIBILIDADES<sup>1</sup>

Profª Drª Isabel Matos Nunes  
[bel\\_mnunes@hotmail.com](mailto:bel_mnunes@hotmail.com)  
UFES/CEUNES/DECH

Mara Isabelle Alves De Oliveira  
[isabellealves.djm@gmail.com](mailto:isabellealves.djm@gmail.com)  
Faculdade Vale do Cricaré/SÃO MATEUS-ES

Giseli Chaves Oliveira  
[giseli93.pedagogia@gmail.com](mailto:giseli93.pedagogia@gmail.com)  
Faculdade Vale do Cricaré/SÃO MATEUS-ES

Eixo temático 1: Do Direito à Educação: Políticas de Acesso,  
Permanência e Qualidade Social.  
Comunicação oral

**Resumo:** O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa intitulada: A Gestão Escolar e Educação Especial: Desafios e possibilidades, realizado em uma escola da rede privada no município de São Mateus/ES. A escolha pelo tema se justifica por perceber que os alunos público-alvo da educação especial estão adiantando cada vez mais na rede privada de ensino, e esta por sua vez deve cumprir a legislação e não recusando a matrícula desses alunos, com base na deficiência. O objetivo geral foi analisar e discutir como a gestão escolar da rede privada se organiza para garantir a matrícula e acompanhamento dos alunos público-alvo da Educação Especial. E os objetivos específicos foram delimitados em analisar os desafios que permeiam a Educação Especial em escola regular da rede privada; entender o papel do gestor na promoção de condições que viabilizem um atendimento especializado a crianças público alvo da educação especial em classes regulares e analisar a legislação educacional, no que tange à gestão da Educação Especial na rede privada. A metodologia da pesquisa foi qualitativa por meio de pesquisa de campo, do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a coleta de dados foram a observação “in locus” e o questionário com perguntas semiestruturadas. Concluiu-se que o processo de inclusão perpassa por modificações atitudinais e arquitetônicas, documentação que subsidie as ações entre outros elementos, mas principalmente de um espaço de aceitação e humanização.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Rede privada. Atendimento Educacional Especializado.

---

<sup>1</sup>Apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na conclusão do curso de Pedagogia, no ano de 2018, na Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus-ES, orientado pela primeira autora.

## **Introdução**

A gestão escolar e a Educação Especial são temas que vem sendo discutidos atualmente, indicando a necessidade de uma proposta que não apenas insira os alunos com deficiências nos espaços escolares, mas que principalmente acolham a todos de forma afetiva e acessível. Acreditamos que o processo de inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial demanda de uma gestão educacional envolvida com o direito à aprendizagem de todos os alunos.

Nesse sentido, Prieto (2002) afirma que os gestores escolares devem concentrar esforços para efetivar a proposta de educação inclusiva. Isso implica união de discursos referentes à democratização do ensino e aos princípios norteadores da gestão na escola. Segundo a autora, a educação inclusiva só será realidade no Brasil, quando as informações, os recursos, os sucessos e as adaptações inter-relacionarem as esferas federais, estaduais e municipais, proporcionando um relacionamento intenso entre União, Estados e Municípios.

Nesse sentido, entendendo que as questões pedagógicas, a organização e os planejamentos que se destinam à garantia da escolaridade dos alunos público da Educação Especial dizem respeito à gestão dos processos de inclusão na escola, analisamos como esses processos vêm sendo articulados na gestão de uma escola da rede privada de São Mateus-ES.

Isso posto, o objetivo desse trabalho foi investigar como o processo de inclusão de alunos público alvo da educação especial em uma escola de educação básica da rede privada no município de São Mateus-ES, no que tange à gestão escolar. Definiu-se como objetivos específicos: analisar os desafios que permeiam a Educação Especial em escola regular da rede privada; entender o papel do gestor na promoção de condições que viabilizem um atendimento especializado a crianças público alvo da educação especial em classes regulares; analisar a legislação educacional, no que tange à gestão da Educação Especial.

A pesquisa se caracterizou em uma abordagem qualitativa que ocorreu por meio de pesquisa de campo, do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a produção dos dados foi a observação “in locus” e o questionário com perguntas semiestruturadas, de forma a facilitar a análise.

A produção dos dados foi realizada em uma escola da rede privada, a qual denominamos de “Delta”<sup>2</sup>, no município de São Mateus-ES. A opção por desenvolver a pesquisa numa escola privada foi para analisar o processo de inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial, em seu contexto e como a gestão procede ao atendimento educacional a esse público.

Os sujeitos pesquisados foram à equipe de gestão pedagógica (01 pedagoga e 01 diretora) da escola “Delta”. A escolha pelo ambiente e pelos sujeitos da pesquisa se deu por dois motivos: o primeiro foi a detecção de alunos com deficiência durante o estágio supervisionado, nesta referida escola da rede privada; a segunda foi investigar como a escola privada desenvolve o processo de inclusão e as adaptações necessárias, pois não depende de recursos federais, estaduais ou municipais.

O percurso metodológico visou compreender as diferentes fases do processo de investigação, que vai desde a elaboração das perguntas para a entrevista, a visita ao ambiente educacional e o levantamento das informações (MARCONI; LAKATOS, 2009). A pesquisa buscou demonstrar como a gestão se articula, no decorrer do ano letivo, quais ações são tomadas para que o processo inclusivo aconteça no contexto escolar.

### **A gestão escolar/ educação especial**

---

<sup>2</sup> Nome fictício.

Neste item, discute-se sobre o conceito de gestão escolar e suas implicações na organização da modalidade da educação especial. Segundo Freire (2003), a origem da palavra Gestão advém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere*, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer e gerar. Dessa forma, gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo, então, por si mesma, democrática, pois traduz a ideia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo.

Bobbio (2000) defende como caminho para a real democratização da sociedade a ocupação de novos espaços, pela população, - espaços estes que estão dominados por organizações do tipo hierárquico ou burocrático. Em algumas sociedades, nas quais o processo de democratização está se intensificando, já se observa que a expansão do poder ascendente está se estendendo da esfera das relações políticas.

[...] das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, das relações das quais o indivíduo é considerado na variedade de seu 'status' e de seus papéis específicos, por exemplo de pai e de filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuário, etc. (BOBBIO, 2000, p. 67).

Para o autor, o que aponta hoje para o desenvolvimento democrático de um determinado país não é mais o número de pessoas que votam, mas os ambientes, diferente dos locais políticos, onde os cidadãos exercem o poder de eleitores. Conquistado o sufrágio universal nos locais políticos, busca-se ampliar o direito do voto em outras instâncias sociais, hierárquicas e burocráticas (escola, fábrica, etc.) sintetizando, “[...] para dar um juízo sobre o Estado da democratização num dado país, o critério não deve mais ser o de ‘quem’ vota, mas o do ‘onde’ se vota [...]” (BOBBIO, 2000, p. 68).

Nesse sentido, a democratização das instâncias sociais, incluída a escola pública, implica “[...] não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que diz respeito a seus interesses [...]” (PARO, 2001, p 27).

Bobbio (2000), por sua vez afirma que, se hoje, é fato poder falar de processo de democratização, ele consiste, não tanto (como erroneamente, muitas vezes se diz) à passagem da democracia representativa para a democracia direta quanto na passagem da democracia política, em sentido estrito, para a democracia social.

No dizer do autor, a democratização social implica a distribuição do poder, que está centralizado no Estado, para suas instâncias que se encontram na base de sua pirâmide. Assim, a população poderia participar, de forma mais efetiva, das decisões políticas tomadas pelas instâncias que estão, diretamente, a ela vinculadas.

Nessa perspectiva de gestão democrática, a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos público da Educação Especial, exige um processo complexo de transformação, tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana de ensino (PALHARES; MARINE, 2002).

Em consonância com a Declaração de Salamanca, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (MEC/SEESP, 2001) explicitam que os sistemas de ensino devem adotar uma nova postura, propondo, no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e as práticas educativas diferenciadas.

Assim, no auge dos movimentos deflagrados em defesa da inclusão escolar das pessoas com deficiência<sup>3</sup>, os quais tomaram forma no Brasil, a partir da

---

<sup>3</sup> Termo utilizado no Brasil de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar.

promulgação da Declaração de Salamanca (1994), além da defesa do direito de todos à educação e de estudarem juntos, trouxeram recomendações direcionadas à emergência das mudanças nos sistemas de ensino e nas escolas.

É nesse contexto, que no Brasil, no ano de 2008, foi proposto um novo direcionamento para a Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva, por meio do documento denominado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008), o qual propôs dentre outras orientações, a Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

É pertinente aqui definir que o decreto define como público-alvo aqueles que possuem algumas das limitações e/ou capacidades no que tange pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, pessoas com deficiência e aquela com altas habilidades/superdotação.

O documento considera, em seu artigo 2º, que a educação especial deve garantir serviços de apoio especializado que visem a diminuir as barreiras que possam estar impedindo o processo de alfabetização, através de complemento à formação do público-alvo referido anteriormente, com apoio permanente e limitado ao tempo e frequência desse aluno na sala de recursos. Além disso, o atendimento educacional especializado deve integrar o plano pedagógico da escola, abarcar a participação da família, atender às necessidades específicas desses alunos e estar articulado com as demais políticas públicas. Se faz necessário que todos os mecanismos se articulem para que a criança seja atendida em todas as vertentes da sua necessidade.

É pertinente destacar que o Decreto nº 5.296/2004, o Decreto nº 5.626/2005, o Decreto nº 6.571/2008, o Decreto nº 6.949/2009 e a Resolução CNE/CEB nº

4/2009 asseguram aos alunos público alvo da educação especial o acesso ao ensino regular e a oferta de atendimento educacional especializado.

Quanto à rede privada de ensino, de acordo com a Nota Técnica Nº 15 (BRASIL, MEC/SEESP, 2010), sempre que o AEE for requerido pelos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, as escolas deverão disponibilizá-lo, não cabendo o repasse dos custos decorrentes desse atendimento às famílias dos alunos. O documento de orientação da Política de Educação Especial, publicado pelo MEC (BRASIL, 2015), ainda reitera que:

As instituições de ensino privadas, submetidas às normas gerais da educação nacional, deverão efetivar a matrícula no ensino regular de todos os estudantes, independentemente da condição de deficiência física, sensorial ou intelectual, bem como ofertar o atendimento educacional especializado, promovendo a sua inclusão escolar (BRASIL, 2015, p. 140)

Portanto, as instituições de ensino da rede privada, seja em qualquer nível, etapa ou modalidade, devem garantir a oferta do AEE e demais recursos e serviços de apoio da educação especial. Nessa perspectiva, a gestão educacional da rede privada de ensino deve se organizar e garantir o AEE e demais demandas que forem necessárias ao atendimento às necessidades específicas dos alunos, público da educação especial, sem acréscimo na cobrança de mensalidades.

### **A gestão da Educação Especial na Escola “Delta”**

A Escola Delta faz parte da rede privada de educação, no município de São Mateus-ES, instituição onde alunos da educação infantil até o pré-enem. Neste ano de 2018, tem o quadro de 32 professores, o número de 308 alunos e destes,

15 alunos são público alvo da educação especial, matriculados nos turnos matutino e vespertino.

O quadro abaixo representa a relação dos alunos atendidos, com o respectivo diagnóstico. Optou-se por representar os alunos pelas iniciais de cada nome.

QUADRO 1. Alunos público da educação especial na escola “Delta”

<b>ALUNO</b>	<b>DIAGNÓSTICO</b>
R.M.L.P	Quadro clínico compatível com os diagnósticos de atraso de desenvolvimento de fala e linguagem (F80.0) e TDAH (F90.0) ou transtorno de espectro autista leve(F70.0).
G.D	TDAH
J.V.L.N	TDAH
M.A.P	Deficiência Auditiva
S.M.V	Atraso cognitivo
D.G.B	Autismo
T.F.F	TDAH/Autismo
L.B.F.B	TDAH
J.E.P	Autismo
J.V.F.C	Arnold Chiari 2(A malformação de Arnold-Chiari (MC) refere-se a uma malformação do sistema nervoso central (SNC). Esta condição está relacionada a defeitos no desenvolvimento intrauterino e crescimento de estruturas e órgãos, notadamente da fossa posterior do crânio.
J.C.F.M	Transtorno Global do Desenvolvimento
T. A. B	TDAH e TOD (Transtorno Opositor Desafiador – diagnóstico que foi fechado em 2016 – O Transtorno desafiador de oposição (TOD) é um transtorno caracterizado por um padrão global de desobediência, desafio e comportamento hostil.
A.A.P	Deficiência Auditiva (Utiliza aparelho auditivo)
Y.B	Não possui diagnóstico específico
H.S.S	TDAH

Fonte: Quadro produzido pelas autoras

Conforme a descrição do quadro acima, a instituição Delta, tem 15 alunos público alvo da Educação Especial, 6 alunos têm diagnóstico de TDAH, 1 não tem diagnóstico específico, 2 possuem diagnóstico de deficiência auditiva, 2 alunos têm suspeita do espectro autista, 1 aluno tem laudo de Arnold Chiari 2, 1 tem Atraso Cognitivo e 1 possui Transtorno Global do Desenvolvimento.

Os alunos constantes do quadro recebem atendimento diferenciado na sala de recursos, onde tem uma professora especializada responsável pelo atendimento dos mesmos. Segue a imagem do espaço de atendimento educacional especializado.

Figura 1: Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)



Fonte: Arquivo das pesquisadoras, 2018.

Conforme mostra a figura, a sala é ampla, organizada e dispõe de muitos materiais para o atendimento aos alunos. O Manual de Acessibilidade (BRASIL, 2009, p. 46) explica que:

Destina-se ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, e tem como público-alvo os alunos da educação especial. O AEE é realizado em turno oposto ao da sala de aula comum e desenvolve atividades, tais como: o ensino do Braille, da comunicação aumentativa e alternativa, entre outros; a aquisição e a produção de recursos de acessibilidade; o acompanhamento do uso desses recursos pelo aluno em sala de aula comum, entre outras atividades.

Quanto à formação continuada dos professores que atuam na escola “Delta”, elas relatam que existem, momentos de formação na instituição, como os pré-estabelecidas no calendário escolar e com planejamento individual com a

supervisão. A diretora deixou claro na entrevista que “não basta reconhecer as diferenças, mas buscar formas de atender as necessidades de todos os alunos” (ENTREVISTA – GESTOR 1).

No que tange aos documentos norteadores do trabalho pedagógico da Educação Especial, na escola, as gestoras citaram as diretrizes curriculares, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Legislação nacional da educação especial vigente, também são utilizados livros de autores renomados que tratam das necessidades especiais que cada aluno apresenta na instituição.

As gestoras relataram que a relação do pedagogo/diretor com a sala de recursos é bastante organizada e de viabilidade, e é sempre utilizada quando se faz um trabalho diferenciado com o aluno, como várias aplicações de atividades, provas e avaliações diversas.

Afirmam, ainda, que nessa instituição o planejamento é bem alinhado com o professor da sala regular, sempre favorecendo intervenções necessárias, sempre planejando os horários de cada aluno público-alvo da Educação Especial, e os resultados alcançados são sempre repassados ao professor de AEE e para o pedagogo da escola, esses planejamentos são sempre realizados pelos professores da sala de AEE, como as avaliações e como tem sido seu comportamento em sala de aula e sempre visando às dificuldades enfrentadas ou desafiadas.

Quanto à acessibilidade, as gestoras relataram que a escola atende aos seus critérios previstos em lei, como os banheiros e rampas, que foram recentemente vistoriadas ao conselho estadual de educação. É de extrema importância ressaltar que a escola não tem muito apoio ao desenvolvimento de ações originadas, nos dias atuais elas estão bem adormecidas pelo empenho das políticas sociais, muitos pais estão procurando atendimentos particulares de equipe multidisciplinar para atendimentos aos seus filhos, pois os órgãos

públicos pouco ajudam ou colaboram e estão sempre lotados, com filas de espera intermináveis.

A escola possui duas gestoras, uma cuida da parte administrativa e financeira e a outra em apoio pedagógico, mas ambas inteiradas em todos os processos. A intensão da escola em mantê-las foi no sentido de não sobrecarregar apenas uma pessoa com todas as demandas que a escola apresenta.

Quanto à gestão na escola da rede privada, percebeu-se quanto mais apropriação do conceito de democracia houver, como meio para a construção da liberdade, em sua dimensão histórica, mais a inclusão se torna possível, pois o gestor é o responsável em agregar valores a ela, em desenvolver momentos favoráveis à participação conjunta. Entendida como processo ativo que perpassa toda a vida dos indivíduos, laborando na confluência entre o ser humano singular e sua necessária pluralidade social, ela se mostra imprescindível, tanto para o desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual, quanto para a convivência entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma educação de qualidade.

A escola Delta é uma instituição que busca a vivência de uma gestão democrática nos processos de organização da escola. Todavia, isso tudo pode ainda significar pouco, particularmente, se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas estruturas de construção de saber; haja vista que pouco vale se falar em democracia, se não há disposição de todos os autores envolvidos no contexto escolar, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas ideias ouvidas e respeitadas. Observamos que no PPP da Escola “Delta” não contempla ainda a Educação especial, conforme orienta a legislação em vigor, entretanto, o Regimento Interno da escola apresenta os subsídios necessários a sua implantação e ações significativas.

De acordo com a gestora 1, os espaços ainda estão em fase de adaptação, mas

muitos, já se incluem nas normas do Manual de Acessibilidade. A gestão procura, a cada ano, realizar as mudanças necessárias visando atender não somente os alunos com deficiência, mas pais, pessoas da comunidade escolar e pessoas externas.

### **Considerações finais**

A escola sendo um dos principais agentes socializadores é responsável não apenas pela difusão de conhecimentos, mas sobretudo, pela convivência humana. Necessitando ser um ambiente acessível a todos, que atenda todas as demandas em seus diversos aspectos.

Em uma perspectiva histórica é possível verificar que muitos ranços e avanços já foram vivenciados, no entanto, o preconceito e a ausência de políticas que atenda tais necessidades nas escolas em torno dos alunos público alvo da Educação Especial, ainda se fazem presentes.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação (BRASIL, 1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990) e as Leis Municipais garantam o acesso e a manutenção da criança com deficiência na unidade escolar, oferecendo a ela todo o necessário para o seu desenvolvimento.

Hoje, o acesso ao ensino regular por parte das crianças com deficiência é bem maior do que há tempos atrás, há uma maior conscientização familiar e social da importância da inserção da criança na escola, e quando a mesma é incluída na escola regular, está aberta a novas possibilidades e aprendizados, assim como a escola também cresce, se desenvolve, e amplia a sua visão e experiência com a manutenção dada à criança, e a atenção e o cuidado ao seu desenvolvimento.

Temos visto uma evolução social no que diz respeito a alcançar novos marcos positivos na educação inclusiva, com o único objetivo de que as pessoas com deficiência desenvolvam todas as suas potencialidades. Embora muito já tenha

acontecido, ainda é deficiente a oferta de uma educação inclusiva de qualidade em muitas escolas.

Para as políticas públicas em Educação, isso significa uma afirmação radical da função escolar de formação para a democracia, com projetos e medidas que adotem essa função de forma explícita e planejada. Isso provoca, em termos de sua viabilidade, a necessidade de se levar em conta a concretude dos fatos e relações que se dão no cotidiano da escola, tendo em vista a superação dos obstáculos, a mudança e o diálogo com as potencialidades de transformação.

Quanto à finalidade principal do estudo, que se remete a compreender os processos relacionados à Gestão Escolar e a Educação Especial, e a sua vivência e experiência neste processo, caracterizado pelas atitudes coerentes praticadas no ambiente escolar, com observância à construção de um Modelo de Gestão Democrática, o resultado da pesquisa mostrou, de forma unânime, o desejo de que todos se entendam como parte do processo educacional, independentemente das diferenças; entretanto, a participação deve partir da motivação do gestor e da colaboração de toda a escola. Enquanto acadêmicas entendeu-se que é preciso estar preparadas para a docência, mas principalmente para os desafios que a realidade da escola pode proporcionar, uma vez que a ideia que se tem de que adentrar a escola planejar e colocar os ensinamentos em prática requerem, necessariamente, uma ação humanizadora, afetiva e principalmente inclusiva, de forma que as diferenças não se sobressaiam, mas sejam compreensíveis entre os alunos.

Entende-se, após todas as abordagens, que se deve ampliar um estudo no sentido de analisar como se dá a formação docente, se ela prepara os professores para esse olhar humanizado e inclusivo ou se trabalha apenas de maneira superficial e teórica.

## **Referências**

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CBE 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001 – Seção 1E, p. 39-40.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial. **Direito à Educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: O direito à escola acessível! Brasília, Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.plataformadoletramento.org.br/guia-de-mediacao-de-leitura-acessiveleinclusiva/arquivos/ManualAcessibilidadeEspacialEscolas.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2015.

PRIETO, R. G.; A construção de políticas públicas de educação para todos. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. **Escola inclusiva**. São Carlos: Edufscar, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PARO, V. H. . **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PALHARES, Marina Silveira. MARINE, Simone. **Escola Inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.